

EDUCANDO AS JOVENS SOB O VÉU DE MARIA:

Práticas de dominação religiosa e comportamental na Pia União das Filhas de Maria

Walter Valdevino do Amaral*

RESUMO

Neste artigo, analisamos algumas regras religiosas e comportamentais da Pia União das Filhas de Maria, com o objetivo de mostrar como esta associação foi fundamental, para a construção de *modus vivendi* a ser seguido pelas jovens católicas no final do século XIX e início do XX na cidade do Recife. Dando ênfase ao seu Manual, como um dos principais dispositivos utilizados pela Igreja Católica, para normatização das jovens que faziam parte da Pia União das Filhas de Maria, uma vez que, esse Manual trazia um conjunto de regras devocionais e comportamentais que deveriam ser seguidas pelas suas sócias. Como referencial teórico, adotamos o conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu; e a ideia de dispositivo, sugerida por Foucault e Agambem.

PALAVRAS-CHAVE: História Social. Religião. Gênero.

ABSTRACT

This article analyses some religious and behavioural rules of the Pious Union of the Daughters of Mary, with the goal of analyse how important was this association to construct the catholic youth *modus vivendi* in the late nineteenth century and early twentieth in Recife. The article emphasizes the Manual of the Daughters of Mary, as a major device used for by the Catholic Church for standardization the young people who were part of the Pious Union of the Daughters of Mary, since this Manual dictated a set of devotional and behavioural rules to be followed by her partners. As a theoretical referential, we adopted the concept of *habitus* proposed by Bourdieu; and the idea of device suggested by Foucault and Agambem.

KEY WORDS: Social History. Religion. Gender.

História, mulher e Modernidade

Ao lado de outros componentes da sociedade, as mulheres foram consideradas, durante muito tempo, excluídas da História. Eram tidas como sujeitos que, na maioria das vezes, pareciam estar passivas nas mudanças que ocorriam. A percepção da história-vida afetava conseqüentemente a história-ciência que dava mais espaços aos vencedores, do que aos vencidos, nessa perspectiva, elas apareciam juntamente a outros grupos da sociedade (como crianças, negros e operários) como os vencidos, tendo suas vozes e ações silenciadas na escrita da História (Cf.: PERROT, 1988).

* Doutorando em História na Universidade Federal de Uberlândia, com período sanduíche em andamento na Universidade de Lisboa. Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco, com período sanduíche na Universidade Metodista de São Paulo. Especialista em Cultura Pernambucana pela Faculdade Frassinetti do Recife. Licenciado em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Membro do grupo de pesquisa Estudos Transdisciplinares em História Social, da Universidade Católica de Pernambuco. Pesquisador visitante do CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, da Universidade de Évora. Tem experiência nas áreas de História e Ciências da Religião, atuando principalmente nos seguintes temas: associações católicas, gênero e imprensa.

Somente nas últimas décadas do século XX, mais precisamente, a partir do surgimento dos movimentos feministas, os quais atuaram em várias partes do mundo, inclusive dentro da Academia, com o espriamento documental e temático ocasionado pela Nova História, foi que novos objetos, métodos e fontes tornaram-se possíveis de serem analisados; a mulher, desde então, tem sido tema recorrente nos estudos históricos. É nessa dinâmica que esse artigo se insere. A História Cultural, a partir do viés francês da terceira geração dos *Annales*, nos proporcionou novos instrumentais teórico-metodológicos, principalmente na análise dos aparatos simbólicos das sociedades. Os estudos feministas abriram espaço para o uso de categorias analíticas, como a de gênero, que ampliou ainda mais o leque de possibilidades nas análises sobre a atuação, tanto dos homens quanto das mulheres, na construção da História.

Segundo a pesquisadora Joan Scott, uma das pioneiras nos estudos produzidos entre a relação de gênero e história, a definição da categoria de gênero “baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). A mesma defende ainda que, sendo o gênero um elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos, ele implicaria em outros quatro elementos relacionados entre si, os quais seriam: símbolos culturais, conceitos normativos, representação binária e identidade subjetiva.

Os estudos de gênero vêm se tornando um dos cerne das pesquisas acadêmicas, em destaque na História. Pois, a partir de uma observação relacional entre os sexos na organização de uma sociedade, em um determinado momento histórico, pode-se buscar reconstituir e questionar visões de mundo de outros grupos, no passado, ver como elas foram criadas e a quem interessavam. Essa categoria analítica se preocupa em observar as representações sociais, a criação e consolidação de ideias de mundo dentro de uma dada realidade; nesse contexto, elementos políticos, sociais, religiosos e econômicos também tem espaço, já que essas instâncias colaboram na constituição do real vivido pelos diferentes sexos no decorrer da História.

Diversas visões já foram construídas acerca da Modernidade, de como ela contribuiu para Moldar uma nova forma de indivíduo, a partir de transformações profundas que ocorreram na economia, política e cultural, uma influenciando a outra e criando novas formas de sentir e ver o mundo. Escolhes aqui, dois autores para dialogar sobre essa temática: Michel Foucault e Giorgio Agambem. Todos eles, mesmo advindos de momentos históricos distintos, perceberam como esse processo ocorreu a partir de diferentes abordagens e interesses.

Notamos que, em muitos pontos suas visões são complementares, embora partam de direções diferentes, mas é inegável que os dois se interessaram por observar como novas sensibilidades e novas formas de indivíduos surgiram a partir do advento da Modernidade. Esse momento da história só foi possível através da existência, cada vez maior quantidade, de dispositivos de controle, que docilizaram os corpos dos sujeitos e, quando naturalizados por esses, contribuíram para a formação de suas subjetividades.

Michel Foucault, partindo de interesses próprios, foi ao século XVI em parte de sua obra, e passou a abordar como, a partir de então, houve a criação de dispositivos de controle do indivíduo (hospital, manicômio, escola, prisão etc.) e como isso foi necessário para o desenvolvimento da Modernidade e da criação de novas sensibilidades. O sujeito foi esquadrinhado, mas, paradoxalmente ganhou um sentido de liberdade. O Iluminismo o ajudou a se livrar, ao menos em parte, do peso da religiosidade e do domínio político da Igreja Católica e da economia da alma, porém, os espaços no qual ele poderia se sentir livre, e que tinham o beneplácito da ciência, na realidade, estavam enjaulando esse indivíduo, controlando seu corpo e construindo um novo sujeito. Não mais sem dor, sem o teatro do suplicio, não mais hordas de loucos pelas cidades; pois a higienização do corpo social e sua cura eram necessárias para o florescimento de uma nova sociedade, que deu uma liberdade vigiada ao mesmo, através da docilização do seu corpo biológico (Cf.: FOUCAULT, 1987).

Segundo Giorgio Agambem, Michel Foucault, mostra em parte da sua obra como os dispositivos ajudaram, no que o filósofo italiano chamou de “governo dos homens” e que sua configuração seria:

Aquilo que procuro individualizar com esse nome [dispositivo] é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões governamentais, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos dos dispositivos (FOUCAULT apud AGAMBEM, 2009, p. 28).

Vemos assim, que esse é um conceito bastante abrangente e que, no decorrer dos seus escritos, o filósofo francês historiciza o surgimento de determinados dispositivos e o uso desses na construção da sensibilidade moderna. Mais próximo do fim de sua vida, quando morre em decorrência de complicações ocasionadas pelo vírus da AIDS, Michel Foucault estava, mais do que antes, quando se preocupou em historicizá-los, claramente em busca de uma filosofia da libertação dos indivíduos desses dispositivos, daí seu interesse na história da

sexualidade (Cf.: FOUCAULT, in: MOTTA, 2004, p. 264-287). Giorgio Agambem também se interessa pela temática da libertação individual, a partir do que ele chama de profanação dos dispositivos e, influenciado por Michel Foucault, tece considerações e procura ir além do filósofo francês, ampliando o conceito de dispositivo na contemporaneidade, mostrando como o indivíduo é cerceado pela grande quantidade de dispositivos existentes, principalmente os tecnológicos, e buscando apontar saídas para libertar as subjetividades e o propor novos usos para esses elementos (Cf.: AGAMBEM, Giorgio, 2009, p. 26-73).

Voltando a Michel Foucault, o poder do dispositivo, diferente do que ocorria antes do advento da Modernidade, em sua maioria, procura não ferir o corpo, mas saná-lo. Cuidar desse corpo para que ele seja dócil. A grande vitória do dispositivo sobre o corpo é ele ser naturalizado e introjetar-se nas subjetividades do indivíduo, através da vigilância, como no caso da prisão, por exemplo, ou com o uso do relógio como dispositivo de controle.

Indo um pouco mais além, compreende-se a partir dos escritos de Giorgio Agambem, que ele divide o mundo entre viventes e dispositivos e que, da relação/interação entre esses dois polos, nasce a subjetividade, aparece o sujeito, que, dessa maneira, poderia ser historicizado, pois a cada relação entre os dois polos, surge uma determinada sensibilidade. Como dissemos anteriormente, esses autores apontam, a partir de momentos históricos distintos o quanto a Modernidade afasta os indivíduos de si mesmo. Descaracterizando-os e dando limites as suas vivências. Michel Foucault observa o surgimento do corpo dócil do sujeito moderno, enquanto, Giorgio Agambem aponta o aprofundamento desse fenômeno, atualmente, a partir do que observa no dia a dia do sujeito contemporâneo.

A partir destas perspectivas, apontamos que esse estudo acerca da dominação exercida pela Igreja Católica sobre as práticas religiosas e comportamentais de jovens católicas que faziam parte da Pia União das Filhas de Maria¹, na cidade do Recife durante o período de Modernidade da mesma, se insere nessas dinâmicas atuais do conhecimento historiográfico, que nos oferece espaços para o estudo das temáticas outrora marginais. Portanto, observaremos algumas práticas de dominação que eram impostas sobre as jovens católicas, que aparecem nas páginas do manual dessa organização, o qual aponta direções para a atuação de suas sócias, tanto no espaço público, quanto suas práticas privadas, já que ser uma Filha de Maria, implicava seguir a risca um modelo imposto pela Igreja Católica. Dito isto, passaremos agora a explicitar um pouco do momento histórico, no qual emerge essa imagem de mulher

¹ Associação laica destinada às jovens solteiras, de “boas famílias”, cuja principal finalidade era educar e preparar suas sócias, sob a espiritualidade mariana, para serem boas filhas, esposas e mães.

idealizada pelos eclesiásticos, bem como a atuação das jovens que congregavam nessa associação laica.

Igreja Católica e associações femininas no Recife

A chegada do século XX trouxe ao Recife diversas experiências de modernização, como os processos de urbanização e de higienização. Neste momento a vida urbana também proporcionou maiores possibilidades para a influência dos meios de comunicação social sobre a vida no lar, oferecendo maiores oportunidades de lazer, através dos clubes recreativos, salões de baile, teatros e cinemas; assim, paulatinamente, a vida cotidiana da capital pernambucana, foi deixando para trás o espaço privado em busca do espaço público. A influência deste novo cenário urbano ainda proporcionou diversas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, as quais ocasionaram mudanças nos comportamentos e nas mentalidades da sociedade recifense.

Nas primeiras décadas do século passado, a modernidade vivida pela elite recifense, bem como o catolicismo praticado por este mesmo segmento, longe de se contraporem, complementaram-se e apoiaram-se mutuamente quando o assunto era reordenar e disciplinar a sociedade. As elites urbanas constantemente pretendiam delimitar seus espaços sociais e estabelecerem seus próprios modelos de comportamento e de família, pois, estes modelos serviam para *legitimar a desigualdade*, ou seja, criar referências que as distinguissem do restante da população. Já a Igreja Católica, buscava através da implantação do catolicismo romanizado², combater a prática do catolicismo popular, substituindo-o por um catolicismo mais regrado, centralizado, elitizado etc.

Na cidade do Recife, a relação entre a Igreja Católica e a elite, era o que podemos chamar de uma “relação de boa-vizinhança”, pois ambas reconheciam a força e a importância que a outra possuía na sociedade. As transformações econômicas, políticas, sociais e culturais logo despertaram as atenções da Igreja Católica, a qual iniciou um maior processo de comunicação com a sociedade, particularmente com a comunidade católica. Em regra geral esta aproximação se dava principalmente com as famílias da elite, ou seja, com aqueles que constituíam o poder; pois, ambas, tanto a Igreja quanto a elite, almejaram reordenar e disciplinar a sociedade dentro de seus padrões éticos e morais.

² Segundo o historiador Newton Darwin de Andrade Cabral, o catolicismo romanizado “tratava-se de considerar como modelo eclesiástico válido um que tivesse como traços essenciais a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos, o senso de hierarquia eclesial e a preocupação com a doutrinação” (2009, p. 161).

A produção de novas representações sobre os diversos estratos sociais, e especialmente sobre a população pobre e mestiça das urbes, era compartilhada por estes poderes. Através de vários argumentos, principalmente os de cunho moral, é que os discursos dos membros da alta sociedade se atrelavam ao discurso da Igreja Católica, no sentido de consolidar um novo modelo normativo de família, no qual caberia ao homem prover o sustento da família, e à mulher cuidar do lar e educar os filhos. Este novo modelo de família (conhecido como família nuclear) tinha como um dos seus principais objetivos fazer com que a sociedade se voltasse mais para a vida no lar, pois as novidades da vida urbana (cinema, salões recreativos etc.) estavam cada vez mais atraindo as pessoas para uma “vida mundana”.

Para a sociedade recifense – que até então era extremamente patriarcal – o modelo da *família nuclear* representava uma verdadeira inovação do mundo moderno, pois foi a partir deste modelo que a mulher passou a assumir um papel dentro da família. Vale lembrar que foi este papel de esposa-mãe-educadora que proporcionou uma maior valorização da mulher na sociedade, pois esta representava agora a principal transmissora dos bons costumes dentro da instituição familiar. Toda a nova ordem social precisa desta nova mulher:

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público (RAGO, 1997, p. 62).

Através do enquadramento de leigos nas suas diversas associações religiosas (masculinas ou femininas), que o clero tornou-se capaz de operar o trabalho molecular, através do qual o catolicismo romanizado atingiu as grandes massas populares e também as elites; foi através dessas associações que a Igreja difundiu na população os seus conceitos éticos e morais. Os membros destas associações religiosas eram estimulados pelo assistente eclesiástico – e também pelos membros da diretoria da associação, geralmente pessoas mais próximas e de confiança do assistente eclesiástico – a frequentar a missa, a participar dos sacramentos, a praticar atos de piedade próprios à sua associação, a fazerem leituras religiosas, e a cumprir estritamente seus deveres morais e éticos com o próximo e principalmente com a própria família (Cf.: OLIVEIRA, 1985, p. 182-183). Nesse sentido, a

inclusão é vista como um “passo numa operação de ordenamento, pois é preciso a aproximação com o outro, para que se dê um primeiro (re)conhecimento, para se estabeleça algum saber, por menor que seja, acerca do desse outro” (VEIGA-NETO, in: LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 113).

Como vimos anteriormente, durante o processo da romanização do catolicismo as associações religiosas compostas por leigos representavam um importante papel, pois facilitavam a divulgação da doutrina católica e os trabalhos da Igreja; foi principalmente por estes motivos que o clero do Recife passou a estimular a criação de novas associações em suas comunidades, pois julgavam que:

O bem inestimável que as associações têm prestado á Egreja, é um argumento potente em favor da utilidade e necessidade desses núcleos de ação religioso. [...] Nos últimos tempos se tem propagado por toda parte esse espirito associativo como arma de propaganda e combate. [...] Longe de nós esconder o fulgor religioso que se irradia dessas legiões de virtude que tanto bem fazem em nossas paróquias (ASSOCIAÇÕES, in: TRIBUNA Religiosa, 1912, p. 01).

No início do século passado, novas formas de distinção social, baseadas nas imagens das mulheres, pareciam configurar-se entre as principais famílias dos centros urbanos; estas distinções faziam-se nos eventos familiares, nas participações das mulheres nas atividades culturais e beneficentes, ou seja, além de mães carinhosas e dedicadas, passaram a figurar como 'beneméritas' e protetoras dos pobres. Paulatinamente, várias mulheres passaram a fazer parte de alguma associação católica, e, para muitas delas, ser membro de uma associação religiosa representava, além de uma vida religiosa, ter uma nova identidade, assumir um novo papel na sociedade. Ao abrir espaço para as mulheres em suas associações, a Igreja Católica sem abrir mão de seus interesses, proporcionou uma maior inclusão social feminina, ou seja, concedeu às mulheres a oportunidade de participar da vida social, pois quando a Igreja julgava importante a atuação das mulheres em alguma questão política, social ou cultural, ela própria incentivava as suas fiéis à ação, coordenando-as através das associações religiosas.

O Manual das Filhas de Maria como dispositivo para dominação

A Pia União das Filhas der Maria foi um dos principais espaços utilizados pela Igreja Católica para a normatização do “sexo frágil” na Modernidade. Essa é uma associação leiga, criada com o objetivo de dar um novo papel às mulheres. Com o projeto moderno, a Igreja Católica perdeu cada vez mais espaço no mundo – adicionando a isso, no Brasil, ela foi

separada do Estado na Constituição de 1891, perdendo prestígio político. Na Europa, desde a Reforma Protestante, a Igreja Católica perdeu poder simbólico, com uma disputa cada vez mais acirrada no mercado da economia das almas e no espaço terreno, ela perdeu grandes territórios para a Itália e espaços políticos, por isso que o discurso católico, da segunda metade do século XIX em diante, vai ser anti-modernizador e a favor de uma alternativa a esse projeto³.

Com receio de perder cada vez mais espaço, preservar parte dos fiéis que ainda tinha e lançar estratégias na manutenção de seu poder, a Igreja Católica passa a se utilizar de alguns dispositivos da própria Modernidade que combatia. Um deles foi a imprensa, que passa a ser uma ferramenta importante nos combates pela fé. Além disso, as mudanças sociais e o novo papel da mulher nas sociedades burguesas, com um novo desenho de família que surge a partir de meados do século XIX, a alertam para os riscos das liberdades excessivas, que ela combatia, mas, paradoxalmente, para ampliar os espaços de atuação de seus fiéis, nesse contexto surgem na Europa diversas associações leigas, exemplo a Pia União das Filhas de Maria, que logo tem seu modelo exportado para o Brasil. Era necessário dar um novo papel a mulher católica, torná-la, cada vez mais, um modelo de fé. Nesse contexto, fica claro o que diz Giorgio Agambem:

Pode-se definir como religião aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas do uso comum e as transfere a uma esfera separada. Não só não há religião sem separação, mas toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso [...] o sacrifício sanciona em cada caso a passagem de alguma coisa do profano para o sagrado, da esfera humana à divina (2009, p. 65-66).

A Modernidade, tida como profanadora, deveria ser combatida com as mesmas armas que utilizou para diminuir a influência católica. Daí, o uso da imprensa, que no caso da Igreja Católica, estimulou a criação daquilo que ela denominou de boa imprensa, para atacar a má imprensa e, mais do que isso, criticar os vícios da Modernidade.

No sentido de proporcionar um novo papel as mulheres e se utilizando de ferramentas modernas, que a Igreja Católica criou a Pia União das Filhas de Maria. Essa associação, com objetivo de orientar suas associadas, elaborou um manual de conduta. O seu manual indicava

³ O processo de resistência da Igreja Católica à Modernidade, a criação de uma imprensa católica, bem como a atuação das mulheres na mesma, foi analisado em: AMARAL, Walter Valdevino do. *Que fizeram "ellas"?* As Filhas de Maria e a Boa Imprensa no Recife, 1902-1922. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

um conjunto de regras, as quais eram divididas em “regras para todos os dias”, “todas as semanas”, “todos os meses”, “todo o ano” e “para todo o tempo” de vida. No auge da Modernidade, o surgimento de manuais, de todos os tipos e todas as formas, de compras, de medicina, de etiqueta, por exemplo, os quais eram impressos cada vez em maior quantidade e qualidade, a partir do aprimoramento das técnicas editoriais. Esses manuais ajudam na elaboração e circulação de ideais burgueses e ajudavam a criar novas sensibilidades. Assim, a necessidade de formar uma identidade para o grupo, definir as diretrizes de comportamento, bem como, elaborar uma nossa sensibilidade feminina, foi que essa associação católica passou a contar cada vez mais com a difusão do manual entre as suas associadas.

O manual era importante, pois as regras contidas no mesmo deveriam ser praticadas por todas as Filhas de Maria, uma vez que:

Uma regra bem observada, conduz a uma grande perfeição, livra da condenação eterna, e prepara no céu uma esplendida coroa de gloria. E todos os mestres da vida espiritual são conformes em afirmar que, quem vive segundo a regra, vive em Deus. Se é necessário um regulamento de vida para qualquer cristão, muito mais para vós, Filhas de Maria, se desejais passar os dias da vida no temor de Deus e na devoção a Maria (MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, 1922, p. 140-141).

As “regras para todos os dias” consistiam em orientar as Filhas de Maria do despertar até o adormecer, reforçavam a necessidade das orações para o crescimento espiritual, bem como estabeleciam normas para o bem-estar físico e social de uma Filha de Maria. Neste bloco de regras, era aconselhado que: fossem fixados horários regulares para o descanso do corpo e que as orações fossem sempre feitas de joelhos; se vestissem com modéstia; fizessem um breve exame de consciência no qual se evidenciasse os perigos diários para a alma; meditassem por no mínimo quinze minutos diante do crucifixo; assistissem a primeira missa celebrada a fim de comungar e se fortalecer para as intempéries do dia; serem exemplares no desenvolvimento de todos os seus deveres; procurassem a presença de Deus, durante todo o dia, através de jaculatórias; adotassem horas fixas para as refeições, as quais não deviam ser feitas às pressas e nem em excesso, além de serem censuradas as bebidas alcoólicas, tidas como incentivadoras das impurezas do mundo; realizassem as orações e um exame de consciência das ações praticadas durante o dia para, assim, poderem deitar e adormecer com toda compostura.

As “regras para todas as semanas” estavam mais relacionadas ao cumprimento de deveres religiosos das associadas. E, portanto, enfatizavam a necessidade de: criar-se o hábito

de realizar, sempre aos domingos, uma consagração, através do sacramento da penitência, à Santíssima Virgem; ser breve nas confissões; comungar com frequência; participar de todas as reuniões da associação; fazer um jejum em honra da Virgem Maria, nos sábados; assistir ao catecismo e à benção do Santíssimo Sacramento, nos domingos.

As “regras para todos os meses” estavam mais direcionadas à participação das Filhas de Maria na associação. Estas aconselhavam que: as associadas nunca faltassem às reuniões mensais da Pia União e que naquele dia fizessem a comunhão; caso faltassem a qualquer reunião, justificassem o mais brevemente, e se informassem sobre a reunião passada; as sócias deveriam escolher uma virtude e a cumprir fielmente, todos os meses; uma semana antes da reunião, as jovens deveriam ler, com atenção, as regras de vida e fazer uma reflexão sobre a sua conduta durante todo o mês.

As “regras para todo o ano” estavam mais relacionadas às festividades religiosas do grupo. E recomendavam que as Filhas de Maria: realizassem os exercícios espirituais todos os anos; celebrassem com devoção as festividades de Nosso Senhor, Nossa Senhora e de Santa Inês; participassem ativamente das celebrações realizadas durante o mês de maio, consagrado pelo catolicismo como Mês de Maria.

Por fim, estavam as “regras para todo o tempo”, divididas em duas partes: “o que deveis fazer” e “o que deveis evitar”, ambas relacionadas a comportamentos e atitudes que deveriam ser observadas pelas Filhas de Maria no seu cotidiano. A partir da leitura e prática das regras existentes no manual, entrava em ação uma nova subjetividade, uma mulher católica, presente em um mundo moderno profanador, mas que, através da observação das regras do manual seria sã. Explicitando o que diz Giorgio Agambem:

Todo dispositivo implica um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não poder funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência, Foucault assim mostrou como, numa sociedade disciplinar, os dispositivos visão, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres que assumem a sua identidade e sua 'liberdade' de sujeitos no processo do seu assujeitamento. Isso é, o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivizações (2009, p. 46).

O Manual da Pia União das Filhas de Maria era entregue a cada associada no dia de seu ingresso na associação. Esse livro era composto por 640 páginas, sendo dividido em cinco capítulos: Capítulo I – Origem e progresso da Pia União das Filhas de Maria. Fim e vantagens da mesma. Sumário das indulgências e dos privilégios; Capítulo II – Estatutos da Pia União;

Capítulo III – Ritual da Pia União das Filhas de Maria; Capítulo IV – Regras da vida para uma Filha de Maria; e Capítulo V – Devocionário. Nele também encontramos: um diploma de admissão; documentos de aprovação de bispos; Decretos e Breves papais; prefácio do tradutor; breve histórico sobre as Filhas de Maria e prelúdio.

Nele, como já vimos, estavam os ensinamentos e as práticas que deveriam ser observados por cada sócia em todos os dias da sua vida, portanto deveria ser o seu livro de cabeceira. O mesmo se propunha abranger todo o universo de formação moral e religiosa de uma jovem católica, de modo que suas orientações visavam acompanhar o dia de uma Filha de Maria, orientando-as nas atividades matinais, vespertinas e noturnas, observando também as obrigações semanais, mensais e anuais, apresentando, assim, instruções para todo ano.

Todas as componentes das Pias Uniões das Filhas de Maria deveriam observar e cumprir alguns deveres particulares à associação, como: celebrar anualmente, com muita devoção e pompas, as festividades da Virgem Imaculada, de Santa Inês e do encerramento do mês Mariano; fazer a comunhão geral no dia da reunião mensal; recitar cotidianamente as orações da manhã e da noite, e, se possível, participar todos os dias de uma missa; se confessar pelo menos uma vez no mês; em todos os meses, reservar um dia de retiro espiritual, particular ou geral; cumprir com diligência os deveres para com o Estado; ser respeitosas e obedientes aos seus pais; fazer bom uso do seu tempo e ser trabalhadoras; abster-se das más companhias, das más leituras, das modas indecentes, dos bailes e espetáculos teatrais promíscuos; nas horas de tentação e de perigo recorrer imediatamente a Deus e a Maria Santíssima entre outras.

As Filhas de Maria deveriam ser verdadeiros exemplos de devoção, humildade, pureza, caridade e obediência, na família e na sociedade. A sua correta atuação representaria a continuidade da associação e da cristalização de um modelo de mulher sob a égide da fé católica. Proteger as Filhas de Maria dos males da modernidade e de suas seduções, construir um *habitus*⁴ para diferenciá-las das outras mulheres da sociedade, apontando com isso um caminho de retidão, devoção e obediência, que está explícito no Manual, no qual a pureza dos corpos e das mentes é sempre testificada.

⁴ Utilizamos aqui, o conceito de *habitus*, proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu, no qual, “o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído”. (BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 158).

Portanto, quando alguma sócia cometesse uma falta grave, que comprometesse a imagem da associação, esta deveria ser excluída do convívio da Pia União. Eram consideradas faltas graves e, por isso, motivo de expulsão:

1 – toda a culpa publica; 2 – desobediência formal ás ordens superiores; 3 – injuriar gravemente as associadas; 4 – zombar e escarnecer do diretor, das digitarias ou das praticas da Pia União; 5 – manter amizades perigosas, mesmo com as associadas, depois de admoestadas, e acompanhar voluntariamente com as pessoas escandalosas, levianas ou que digam mal da Congregação; 6 – a habitual dissipação e falta do regulamento da Congregação e a falta ás suas reuniões ao menos mensais, duas vezes a seguir (ou conforme se determinar em cada Congregação), sem causa justa e sem justificar as faltas; 7 – ter conversações desonestas, cantar cantigas maliciosas, ler romances e outros livros perniciosos; 8 – tomar parte em danças proibidas, como sejam: valsas, polcas, galopes, etc., com pessoas de diferente sexo, ou ainda mesmo em quaisquer outras danças ou jogos perniciosos, com pessoas de diferente sexo, sem ser a isso obrigada; 9 – ter namoros inconvenientes e por passatempo e divertimento; 10 – usar trajés imodestos, modas escandalosas, etc., etc. (MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, *op. cit.*, 1922, p. 85-86).

Fica visível nestas normas que, as Filhas de Maria deveriam seguir uma vigilância excessiva com o corpo, evitar as más companhias e as influências do mundo moderno. Todo esse cuidado com o corpo da mulher faz parte de um momento histórico no qual se tenta construir, no seio da Igreja Católica, um novo *habitus* para as jovens, para torná-las símbolos de santidade, pois, a Igreja percebia no sexo feminino um importante agente para evitar o seu declínio. Portanto, tomar conta do seu corpo era um capítulo importante para torná-las dóceis soldados de Cristo na luta contra os males da Modernidade.

Vimos acima as principais características que uma Filha de Maria deveria ter, para adentrar permanecer na Pia União, a partir da construção de um *habitus* através do controle de seus atos, extirpando de sua vida todos os contatos e ações maculadoras que pusessem em risco a sua reputação e, conseqüentemente, sua atuação como membro da associação, dando ênfase as normas advindas do Manual, principal elemento norteador das práticas da associação. Isso se insere no que Pierre Bourdieu denomina de “trabalho de construção simbólica”, definido pelo mesmo, como algo que:

não se reduz a uma operação estritamente performativa de nomeação que oriente e estructure as representações, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em

um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo (2002, p. 32).

Para evitar que as associadas cometessem algumas faltas, o diretor, a diretora e a vice-diretora tinham por obrigação empregar seus esforços, com cuidado e vigilância, para que o regulamento da Pia União fosse observado por todas as suas sócias. Mas, uma vez cometida alguma dessas faltas por uma das associadas, o Conselho Secreto deveria tomar uma posição sobre o caso, podendo ser a repreensão, o castigo ou a expulsão.

Quando a falta cometida não fosse interpretada como grave, a jovem que a praticou poderia: ficar privada de se apresentar ao grupo com a fita, por um tempo determinado; ser obrigada a fazer um ato de reparação diante das congregadas, numa das reuniões; ser rebaixada de categoria, por um tempo determinado; ficar suspensa ou mesmo perder o cargo que exercia na Pia União entre outras.

Mas, se o erro fosse interpretado como grave, cabia ao Conselho Secreto o poder de decretar a expulsão; em casos extraordinários, o diretor poderia excluir uma sócia, sem consultar o Conselho. Decretada a exclusão de uma sócia, as Filhas de Maria não poderiam manter relações de amizade com a excluída, sob pena de incorrerem na mesma exclusão, estas apenas poderiam cumprimentá-la como expressão da caridade cristã. Caso a jovem excluída desejasse um dia voltar ao convívio da Pia União, deveria, antes de qualquer coisa, dar provas de seu arrependimento à associação e à sociedade, e poderia ser readmitida caso o diretor permitisse.

Considerações finais

A partir da criação das associações leigas, do uso da imprensa e de dispositivos modernos de controle, a Igreja Católica, na realidade, fez uso das próprias ferramentas da Modernidade, numa tentativa de frear o crescimento e as mudanças que essa estava gerando na comunidade católica. Pois, como vimos, o Manual da Pia União das Filhas de Maria, foi um verdadeiro dispositivo utilizado pelos eclesiásticos na formação de uma nova sensibilidade para as Filhas de Maria, no momento em que eles pretendiam combater a Modernidade.

Nesse sentido, concluímos que, das sócias da Pia União das Filhas de Maria, era esperado um comportamento que as destacasse do restante da sociedade: ser Filha de Maria era ser um exemplo a ser seguido por todas as jovens da sociedade. Esse papel só seria plenamente exercido através da observação das regras, de uma vida sem vícios para obtenção

de virtudes, uma vida em busca da purificação através de um cotidiano perpassado pela obediência irrestrita às normas.

Referências

AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo. In: _____. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 26-73.

AMARAL Walter Valdevino do. *Que fizeram “ellas”?* As Filhas de Maria e a Boa Imprensa no Recife, 1902-1922. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

ASSOCIAÇÕES. *Tribuna Religiosa*: Órgão Oficial da Arquidiocese de Olinda. Recife, ano VI, n. 42, p. 01, nov. 1912.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234 p.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Memórias de um cotidiano escolar*: Universidade Católica de Pernambuco, 1943-1956. Recife: FASA, 2009. 213 p.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 119-138.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ética, sexualidade, política / Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

_____. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987. 288 p.

MANUAL da Pia União das Filhas de Maria: Sob o patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Iñez, Virgem e Mártir. Porto: J. Steinbrener, 1922. 638 p.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e Dominação de Classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985. 350 p.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. 336 p.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008. 187 p.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890 – 1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 209 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.